

Paisagem da Produção: mapeamento de indústrias algodoeiras no interior paulista (1910-1950)

DOI: 10.20396/labore.v17i00.8674022

Helena Sales Nogueira Costa

<https://orcid.org/0009-0009-4415-4689>
Universidade Estadual Paulista / Bauru [SP] Brasil

Eduardo Romero de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0002-1287-4798>
Universidade Estadual Paulista / Bauru [SP] Brasil

RESUMO

Este ensaio oferece uma visão geral do processo de industrialização em São Paulo, Brasil, durante o início do século XX, com foco particular na indústria têxtil e na produção de óleo de caroço de algodão. Destaca-se o desenvolvimento histórico de fábricas e indústrias em diferentes regiões do estado, evidenciando alguns fatores, como a expansão da cafeicultura, que impulsionaram a industrialização no setor algodoeiro. Discute-se também a subsequente mudança do cultivo do café para o algodão, observando o impacto econômico da produção de óleos comestíveis até 1950, especialmente o óleo de semente de algodão, que impulsionou ainda mais a urbanização das cidades, influenciada pelas atividades industriais. Os resultados foram apresentados em cartografias elaboradas com técnicas de georreferenciamento pelo *software* Quantum Gis (QGIS) e análises da distribuição espacial da paisagem industrial no estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE

Cotonicultura. Indústria do Algodão. Território paulista.

Production Landscape: mapping of cotton industries in the state of Sao Paulo hinterland (Brazil, 1910-1950)

ABSTRACT

This essay provides an overview of the industrialization process in São Paulo, Brazil, during the early 20th century, with a particular focus on the textile industry and cottonseed oil production. The historical development of factories and industries in different regions of the state stands out, highlighting some factors, such as the expansion of coffee growing, which boosted industrialization in the cotton sector. The subsequent shift from coffee to cotton cultivation is also discussed, noting the economic impact of the production of edible oils until 1950, especially cottonseed oil, which further boosted the urbanization of cities, influenced by industrial activities. The results were presented in cartography elaborated with georeferencing techniques by Quantum Gis software (QGIS) and analyzes of the spatial distribution of the industrial landscape in the state of Sao Paulo (Brazil).

KEYWORDS [Garamond 11pt versalete / justificado à esquerda]

Cotton farming. Cotton industry. Sao Paulo territory.

1. Introdução

O conceito de patrimônio cultural tem passado por uma evolução significativa, permitindo que bens representativos da indústria ganhem reconhecimento e proteção adequados. Esses bens incorporam elementos da cultura material e saberes técnicos, os quais se entrelaçam no território. É exatamente nesse âmbito, definido pela Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) e reconhecido pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que a valorização da paisagem industrial se apoia.

Na teoria, compreender a paisagem industrial envolve reconhecer sua natureza, abrangendo aspectos culturais, históricos, sociais, tecnológicos e econômicos. A conservação e preservação são cruciais para salvaguardar os bens culturais e promover uma compreensão mais profunda do impacto da industrialização na paisagem. No entanto, a falta de uma abordagem mais sistemática para catalogar e preservar as fontes históricas pode levar a lacunas no entendimento completo do patrimônio industrial.

O primeiro documento de referência internacional a tratar sobre o tema em perspectiva patrimonial a “Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial”, publicada em 2003 pelo TICCIH (*The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*). Discute sobre importantes aspectos relacionados aos valores identitários, instrumentais e sociais do patrimônio industrial. A Carta destaca a diversidade dos bens industriais, com base em evidências arqueológicas e registros históricos (TICCIH, 2003).

Outro documento de autoria conjunta do TICCIH e do ICOMOS (*International Council on Monuments and Sites*), intitulado “Princípios de Dublin sobre a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial” (2011), enfatiza uma discussão mais detalhada sobre as paisagens industriais e seus valores no âmbito do patrimônio industrial. A Carta estabelece diretrizes de proteção, conservação e valorização do patrimônio industrial com base no significado cultural, contexto histórico, valor social, processo tecnológico, autenticidade e integridade da paisagem (ICOMOS, 2011).

O significado cultural representa os vestígios tangíveis e intangíveis de processos, atividades e conquistas industriais do passado. Inclui estruturas, máquinas, edifícios, paisagens, locais e artefatos associados à industrialização. O contexto histórico reflete a história e evolução das atividades industriais e seu impacto na sociedade, economia e cultura. Abrange a evidência física da industrialização e suas contribuições para avanços tecnológicos, mudanças sociais e desenvolvimento econômico. O valor social possui valor tangível e intangível que conecta as comunidades com seu passado industrial, moldando sua identidade e senso de lugar. Ele representa a memória coletiva e as experiências compartilhadas dos trabalhadores, suas famílias e comunidades associadas a áreas industriais. O processo tecnológico incorpora as atividades tecnológicas e de engenharia do passado, mostrando o progresso feito em indústrias como manufatura, mineração, transporte, produção de energia e outros setores. Por fim, autenticidade e integridade referem-se à natureza e às características genuínas do patrimônio, enquanto a integridade diz respeito à sua completude, garantindo simultaneamente a transmissão do significado e das histórias associadas ao patrimônio industrial (ICOMOS, 2011).

Na prática, a preservação com foco nessas especificidades teórico-metodológicas envolvendo as paisagens industriais se aprofunda, especificamente na Carta de Sevilha, oficialmente conhecida como “Carta de Sevilha do Patrimônio Industrial: Os desafios do século XXI” (2018). A Carta tem por objetivo delimitar os diversos aspectos que impactam o patrimônio industrial, visando promover avanços no conhecimento e no planejamento de estratégias que abordem os problemas decorrentes de sua manutenção e conservação. O documento reconhece a importância dos espaços urbanos e históricos como fonte de identidade do lugar. Também assume esses espaços como áreas vulneráveis a danos e destruição, e que sua preservação requer uma abordagem coordenada e integrada que considere seus contextos sociais, econômicos e ambientais, propondo uma revisão crítica, abrangente e multidisciplinar em relação ao patrimônio industrial, que, além de sua relevância específica, também afeta o patrimônio cultural significativamente. Portanto, a pertinência específica desse documento ajuda a entender a paisagem industrial como uma área urbana e histórica, estabelecida por uma série de princípios-chave para a conservação do patrimônio cultural (Simal & Carlos, 2019).

A Carta de Sevilha também estabelece diretrizes para preservação da paisagem industrial, incluindo: reconhecer e proteger o significado cultural das paisagens e gerenciá-los para equilibrar a conservação com o desenvolvimento sustentável; envolver as comunidades locais na gestão e preservação do patrimônio cultural, respeitando suas tradições e valores culturais; planejar e gerir o impacto potencial do desenvolvimento e de outras atividades humanas na paisagem; documentar e monitorar os sítios patrimoniais para entender melhor

seu significado e informar sua conservação e, por fim, promover a conscientização e educação sobre o patrimônio cultural e incentivar a participação do público em sua conservação (Simal & Carlos, 2019).

Nesse sentido, o objetivo deste estudo consiste em mapear os vestígios da paisagem industrial das fábricas de algodão no Estado de São Paulo durante o século XX. A discussão aborda a influência predominante das fábricas de alimentos na transformação significativa do território, impulsionada pelo cenário econômico da história industrial paulista. A pesquisa é baseada em uma revisão crítica da literatura, utilizando fontes históricas, permitindo uma análise aprofundada da industrialização em São Paulo, com ênfase na história econômica do comércio e da agricultura entre 1910 e 1950, em fontes documentais.

Os dados coletados consistem em fontes primárias e secundárias obtidas de pesquisas bibliográficas sobre o processo de industrialização do estado de São Paulo, pesquisa histórica e documental, fontes estatísticas, censos industriais, cartografias e fotografias. A coleta de dados foi realizada consultando indicadores de estatística industrial, arquivos-base do IBGE, cartas gerais da Comissão Geográfica e Geológica (CGGSP), além de análises críticas de leituras e interpretações baseadas em teses e dissertações base CAPES. Por fim, o resultado foi o mapeamento de algumas Indústrias Algodoeiras no período mencionado, apresentando cartografias elaboradas por técnicas de georreferenciamento pelo *software* Quantum Gis (QGIS).

2. Traços da cotonicultura no estado de São Paulo

Os primeiros complexos fabris estabeleceram-se no Brasil meio século após a Revolução Industrial na Inglaterra iniciada no final do século XVIII. O surgimento de algumas fábricas intensificou-se um pouco depois desse período, no entanto, a indústria brasileira ainda não havia se desenvolvido completamente. O processo de industrialização no território brasileiro foi tardio e perdurou até as décadas iniciais do século XIX, com a instalação de indústrias de pequeno porte. Somente a partir de 1870 a indústria começou a se expandir, intensificando-se principalmente entre os anos de 1885 e 1895 (Hardman & Leonardi, 1982).

A produção de tecidos marca os primeiros anos das atividades industriais no Brasil-Colônia. O algodão já era conhecido e utilizado pelos povos originários brasileiros e continuou a ser cultivado nas capitanias portuguesas, dando origem à produção têxtil artesanal, que chegou a exportar e comercializar tecidos para o mercado exterior. Em São Paulo, pouco tempo depois, a produção de tecidos artesanais desenvolveu-se consideravelmente, chegando até a atender às necessidades locais (Hardman & Leonardi, 1982). Além da tecelagem, a produção de gêneros alimentícios no Brasil colonial fazia-se presente em atividades industriais e manufatureiras exercidas artesanalmente, tanto nos engenhos e fazendas como nas cidades, por curtidores, oleiros, padeiros e outros (Hardman & Leonardi, 1982).

No relatório da Comissão de Inquérito Industrial, publicado em 1882, indica-se que a primeira fábrica de fiação de tecidos de algodão foi fundada em Pernambuco em meados de 1822. Entre 1824 e 1826, outras fábricas foram instaladas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro; no entanto, essas fábricas usufruíram exclusivamente da produção do trabalho escravo. Posteriormente, em 1840, as fábricas que empregavam maquinarias e operários livres começaram a se estabelecer com a exportação brasileira (Hardman & Leonardi, 1982).

De acordo com Canavabra (1951, p. 275), citado por Mamigonian (1976), em 1866 existiam nove fábricas de tecidos no Brasil, nenhuma delas localizada em São Paulo. No entanto, entre 1870 e 1876, surgiram seis tecelagens em São Paulo, a maioria estabelecida no interior do estado, especialmente em regiões produtoras de algodão, como Itu, Piracicaba, São Luiz Paraitinga e Campinas (Mamigonian, 1976, p. 86). Esses dados destacam que, anteriormente, a indústria têxtil brasileira estava concentrada em outras áreas do país, mas São Paulo se destacou ao estabelecer as tecelagens no interior paulista, em regiões com cultivo de algodão, demonstrando a influência dessa matéria-prima na expansão da indústria têxtil local.

A primeira máquina a vapor utilizada no setor têxtil em São Paulo foi na fábrica de tecelagem São Luiz, em Itu, representando uma diferença significativa entre a produção artesanal de bens de consumo e a produção industrial. A introdução da máquina a vapor na fábrica de tecelagem São Luiz, em Itu, marcou uma transição dos métodos artesanais de produção. A utilização da máquina permitiu a mecanização do processo de tecelagem, aumentando a eficiência e a velocidade da produção. Além disso, possibilitou o uso de fontes de energia em substituição à força humana. Esse avanço não apenas impulsionou o crescimento da fábrica de tecelagem São Luiz, mas também de outras indústrias têxteis em São Paulo (Hardman & Leonardi, 1982).

Quanto aos demais ramos do período, além das indústrias de fiação, eram quase todos constituídos por pequenas fábricas que combinavam o trabalho de máquinas com o trabalho artesanal. A existência de oficinas com número reduzido de máquinas ocorria tanto no ramo mecânico quanto na produção de cervejas, massas alimentícias, óleos de cozinha, sabão, etc. Similar às atividades desenvolvidas nas olarias e cerâmicas do Estado de São Paulo na década de 1890, o panorama de trabalho na atividade industrial e manufatureira no século XIX ainda era dominado por técnicas manuais. Portanto, o surgimento das indústrias de grande porte não implicou no desaparecimento completo da produção artesanal (Hardman & Leonardi, 1982).

A partir de 1889, em consequência da expansão cafeeira, o início da primeira expansão industrial foi se acentuando gradualmente com o amadurecimento do trabalho nas fábricas. A intensificação das atividades do comércio exterior levou o Brasil a especializar-se na produção de matérias-primas em grande escala. A produtividade nas atividades agrícolas cafeeiras passou a ser industrializada com o uso de maquinários ligados ao seu beneficiamento (Hardman & Leonardi, 1982). O aumento da produção de alimentos também decorreu da produção e exportação do café. Dessa forma, a diversificação do complexo cafeeiro provocou a formação industrial de bens de consumo não duráveis, assim como a importação de máquinas, equipamentos industriais, ferramentas e outros insumos (Hardman & Leonardi, 1982). A estrutura do sistema de produção do café resultou no equilíbrio de fatores que influenciaram a manufatura de diversas maneiras (Dean, 1971).

Segundo Mamigonian (1969), a industrialização brasileira foi uma consequência direta da cafeicultura, que impulsionou os mecanismos econômicos e sociais daquele período, sendo considerada um fator crucial para o surgimento da indústria no país. O crescimento da economia cafeeira desempenhou um papel significativo na expansão do mercado interno, estimulando a demanda por produtos importados. Além disso, a cafeicultura impulsionou a construção de uma extensa rede ferroviária, bem como a implementação de sistemas de energia elétrica nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, entre outros desenvolvimentos importantes. A relação entre a industrialização e o café é inegável, uma vez que a expansão do mercado interno foi um resultado direto do crescimento da economia cafeeira, impulsionado pela necessidade de produção interna, incentivando a criação e o desenvolvimento de fábricas e indústrias (Mamigonian, 1969).

No entanto, de acordo com Dean (1971), “a produtividade na cultura do café não melhorou durante todo o período de sua expansão geográfica” (p. 13). Entre 1892 e 1895, o comércio de café passou por uma fase de declínio. Por mais contraditório que pareça, apesar do evidente crescimento do comércio cafeeiro ter estimulado as primeiras fases da industrialização em São Paulo, o desenvolvimento da indústria paulista foi afetado pelo gradual colapso da crise cafeeira (Dean, 1971). Algumas hipóteses sustentam que os surtos industriais das primeiras décadas do século XX foram causados principalmente pela interrupção física de suprimentos durante crises comerciais ou guerras no exterior. No entanto, o fluxo consideravelmente reduzido de artigos manufaturados proporcionou uma oportunidade para a indústria brasileira beneficiar-se de máquinas e matérias-primas “mais acessíveis” (Dean, 1971).

Presume-se que as empresas de pequeno e médio porte em São Paulo tenham se consolidado durante o período da Primeira Guerra Mundial, à medida que artigos de consumo não essenciais, como o café, foram reduzidos e substituídos pelo aumento das compras de carnes, cereais, feijão, açúcar e outros produtos alimentícios (Dean, 1971). Como certas mercadorias agrícolas demandavam beneficiamento, houve instalação de novas fábricas, usinas e moagens (Dean, 1971). O rápido progresso da industrialização em São Paulo no início do século XX ocorreu devido à transformação significativa do cenário econômico e à transição rápida da produção artesanal para a produção industrial em escala de alimentos. “Esses avanços repentinos na região de São Paulo nas décadas de 1880 e 1890 foram, em um sentido mais profundo, a causa da industrialização” (Dean, 1971, p. 15).

No ano de 1899, os empresários Antônio Pereira Ignácio (1874-1951) e Nicolau Scarpa (1878-1942), ambos atuantes em diversos ramos industriais do Grupo Votorantim S/A de Sorocaba, souberam ao aproveitar as transformações desencadeadas pela escassez de determinadas matérias-primas, investindo em diversos segmentos da economia agroindustrial (Hardman & Leonardi, 1982). Enquanto na capital paulista, a produção de algodão só poderia proporcionar ganhos inesperados aos fabricantes que tivessem uma provisão adequada de algodão. Diferentemente dos cotonifícios, onde as pequenas fábricas espalhadas pelo interior já possuíam seus próprios plantios (Dean, 1971). Por isso, o descaroçamento do algodão teve tanto êxito em firmas como a Bromberg Hacker & Cia, que instalaram seus maquinários em fábricas de óleo vegetal, adquirindo grande parte do controle acionário desse tipo de indústria (Dean, 1971).

Mais tarde, a produção e o cultivo do algodão passaram a ter um impacto direto no crescimento da indústria paulista. O aumento da produção de algodão, por exemplo, demandava uma cadeia completa de produção, desde o plantio e colheita até o beneficiamento e transformação em tecidos. Essa atividade impulsionou a demanda por máquinas, equipamentos, infraestrutura e trabalhadores qualificados, resultando na criação em cadeia de complexos industriais especializados no beneficiamento do algodão (Cano, 2007).

3. Beneficiamento de algodão e a influência no território paulista

Carone (2001, p. 96) destaca que a partir de 1900 surgiram na capital os cotonifícios: Fábrica Rodolfo Crespi, Fábrica Mariângela, Fábrica Matarazzo, Companhia Industrial de São Paulo, Fábrica de Tecidos Anhaia e Ipiranga. Enquanto no interior, as fábricas continuavam a manter o mesmo fluxo econômico, destacando-se a Fábrica Arethusina ou Boyes, de Piracicaba, a Fábrica Carioba, de Americana, e a Fábrica São Martinho, em Tatuí. A vantagem numérica do interior sobre São Paulo passou a ser superada pelo tamanho e pela importância dessas fábricas (Carone, 2001, p. 96). Ao contrário das indústrias têxteis, as primeiras fábricas de óleo de caroço de algodão só começaram a surgir no Brasil a partir de 1900. Conforme as estatísticas, em 1907, havia pelo menos vinte fábricas de óleos vegetais em funcionamento. Dessas, duas eram consideravelmente pequenas, enquanto as dezoito restantes estavam localizadas na região Nordeste. No entanto, a maior de todas estava estabelecida em São Paulo, na Fábrica Matarazzo vinculada ao cotonifício da empresa (Vichnewski, 2004, p. 73).

Até 1920, a indústria de São Paulo expandiu-se rapidamente, e várias cidades alcançaram um certo grau de urbanização após se tornarem polos industriais (Dean, 1971). São Paulo, por exemplo, iniciou seu desenvolvimento urbano a partir de 1870, ligado ao comércio da economia cafeeira. O espaço urbano era uma das principais condições para a formação e o desenvolvimento do capital industrial. Basicamente, a cidade passou a ser a base da indústria ao concentrar certas atividades econômicas e fornecer serviços para a distribuição de mercadorias (matéria-prima) que seriam utilizadas na produção fabril. Desse modo, todo o sistema comercial (armazéns) e de transporte (ferroviário) criaram uma rede de atividades indispensáveis para o sistema industrial (fábricas) (Hardman & Leonardi, 1982, p. 122).

A indústria exerceu influência sobre a estrutura urbana, polarizando pequenos núcleos urbanos em torno de grandes complexos industriais, como a fábrica têxtil Carioba, localizada na periferia de Americana, e a urbanização de Salto no final do século XIX. Esses processos, que envolviam a concentração de núcleos urbanos ao redor das atividades fabris, refletiam um estado de fragmentação urbana em uma paisagem de proporções reduzidas. Simultaneamente, a urbanização formava um mosaico de fábricas no território, com a concentração de unidades produtivas dentro de cada cidade paulista, criando bairros fabris e operários como padrão na formação da malha urbana (Hardman & Leonardi, 1982).

Do ponto de vista geográfico, a localização dessas fábricas concentrava-se em torno de dois componentes principais: 1. Ferrovias, devido à facilidade de transporte de matérias-primas, máquinas e trabalhadores; e 2. Rios, para o descarte de detritos industriais no caso de curtumes, indústrias de óleos, papel e tecelagens (Hardman & Leonardi, 1982). Um exemplo de evolução urbana diretamente influenciada pela atividade industrial no setor agrícola-comercial foi a cidade de Salto, em 1883. A instalação da antiga Fábrica de Papel Paulista, de Antonio Melchert (Fábrica de Tecidos Brasital), às margens do Rio Tietê, impulsionou o desenvolvimento de Salto, resultando na implementação de iluminação pública, construção de pontes e outros equipamentos urbanos (Hardman & Leonardi, 1982). No sentido econômico, o primeiro Censo Industrial do Estado de São Paulo de 1910 indicava que apenas na região Sudeste havia aproximadamente 310 estabelecimentos industriais nos setores têxtil e alimentício (Suzigan, 1971). No entanto, a evolução da cidade não se limitou apenas ao aspecto econômico, mas também à sua distribuição no território. O mapa, a planta e a topografia são elementos essenciais para descrever esses aspectos (Monbeig, 2004). “A evolução urbana deve ser estudada em seus diferentes aspectos, mas sempre sob uma perspectiva geográfica. Portanto, em primeiro lugar, é importante analisar a ‘evolução do espaço’ (Monbeig, 2004, p. 289).”

A Carta Geral do Estado de São Paulo (Figura 1), elaborada pela Comissão Geográfica e Geológica (CGGSP) em 1915, apresentou um panorama abrangente do desenvolvimento do estado em diversos setores, incluindo agricultura, comércio, educação pública e indústria. A CGGSP foi uma organização criada em 1886 visando realizar levantamentos geológicos e geográficos do estado de São Paulo. A comissão documentou os recursos naturais, paisagens e características geográficas da região, fornecendo informações essenciais para o desenvolvimento e planejamento de São Paulo. Suas atividades incluíram o mapeamento do território, o estudo das

formações geológicas, a identificação dos recursos minerais e a avaliação do potencial agrícola de diferentes áreas. Como resultado desse trabalho, foram produzidas cartas topográficas detalhadas que forneceram informações precisas sobre a localização de rios, cidades, estradas de ferro e rodovias. Essas cartas, conhecidas como Cartas Gerais, tornaram-se um recurso importante para auxiliar no planejamento urbano, na gestão de recursos naturais e no desenvolvimento do estado de São Paulo (Lucio, 2014).

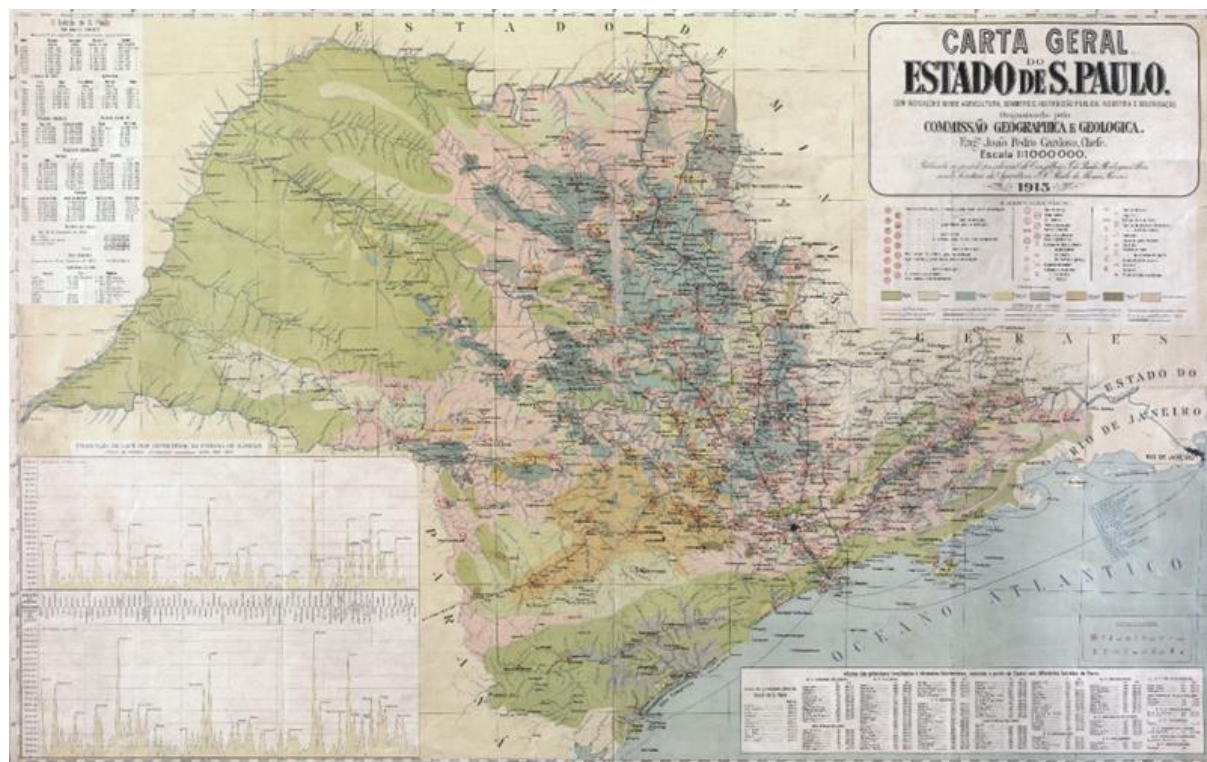


Figura 1. Carta Geral do Estado de S. Paulo: com indicações sobre agricultura, comércio, instrução pública, indústria e colonização (1915). Fonte: Acervo Biblioteca Nacional Digital (BN Digital).

A Carta de 1915 indica a importância dos diversos setores agrícolas para a economia estadual, destacando o potencial das terras férteis para a introdução de novas culturas. Além disso, aponta o potencial de crescimento industrial e a instalação de fábricas, oficinas e unidades de manufatura, especialmente em áreas urbanas (Tabela 1) (Comissão Geográfica e Geológica, 1915).

Tabela 1. Distribuição de áreas de cultivo e indústrias por município — Estado de São Paulo (1915).

Áreas de cultivo	Meu.	Indústrias de alimento	Meu.	Indústrias de transformação	Meu.
Algodão	18	Cerveja	12	Calçados	06
Arroz	13	Preservado	14	Celulose	02
Café	45	Engenhos de açúcar	11	Chapéus	07
Campo	05	Fecularias	05	Complexos militares	04
Cana	09	Água mineral	02	Curtumes	09
Mata Virgem	01	Frigoríficos	02	Explosivos de guerra	01
Diversos	35	Laticínios	12	Fósforos	04
		Licores	16	Máquinas agrícolas	05
		Óleos	08	Oficinas E. de ferro	05
		Pastifícios	33	Olarias	06
				Têxtil	16
				Indústrias diversas	50
TOTAL	126		103		115

Fonte: Levantamento Autoral (2023). Dados: Carta Geral do Estado de São Paulo de 1915.

Em uma amostragem sobre a cultura do algodão, aproximadamente 18 municípios eram produtores de algodão, tais como Avaré, Capão Bonito, Itapetininga, Ribeirão Bonito, Sorocaba, Salto e Tatuí (Figura 2). Além disso, 16 municípios trabalhavam com a indústria têxtil e 8 com a produção de óleo a partir do caroço de algodão ou amendoim. Portanto, conclui-se que cerca de 34% da produção paulista trabalhava com beneficiamento o do algodão (Figura 3).

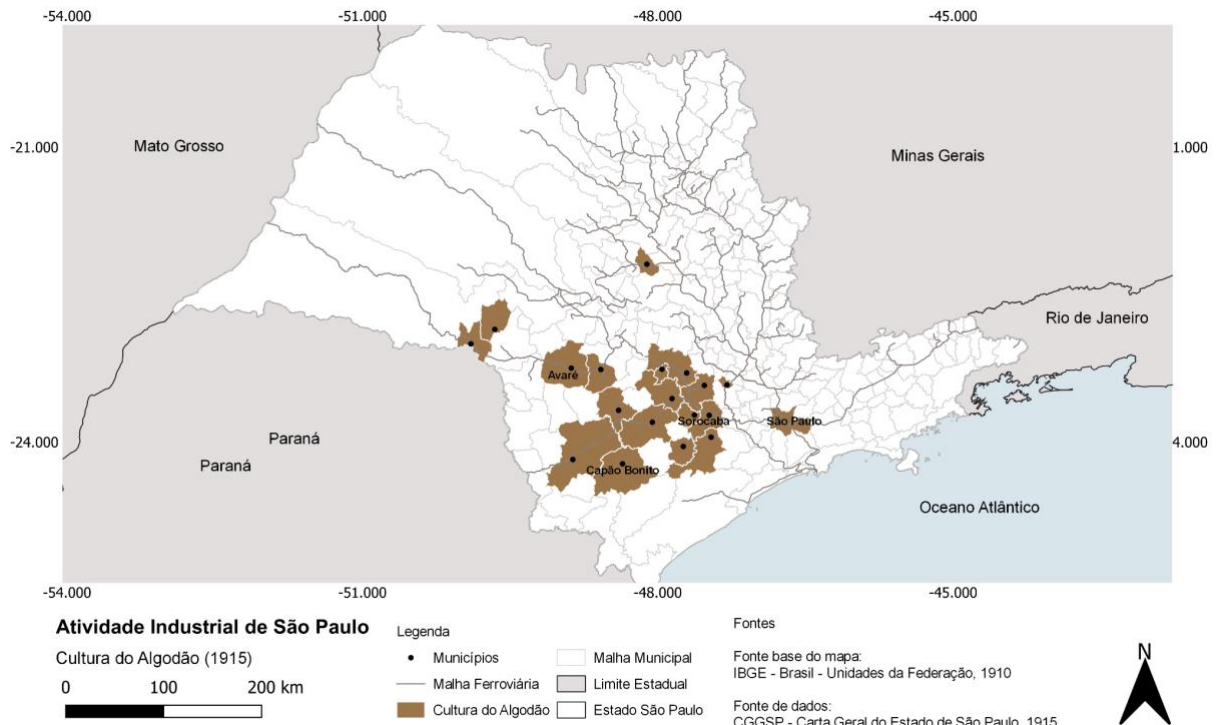


Figura 2. Cultura do Algodão em São Paulo (1915). Fonte: Levantamento Autoral (2023).

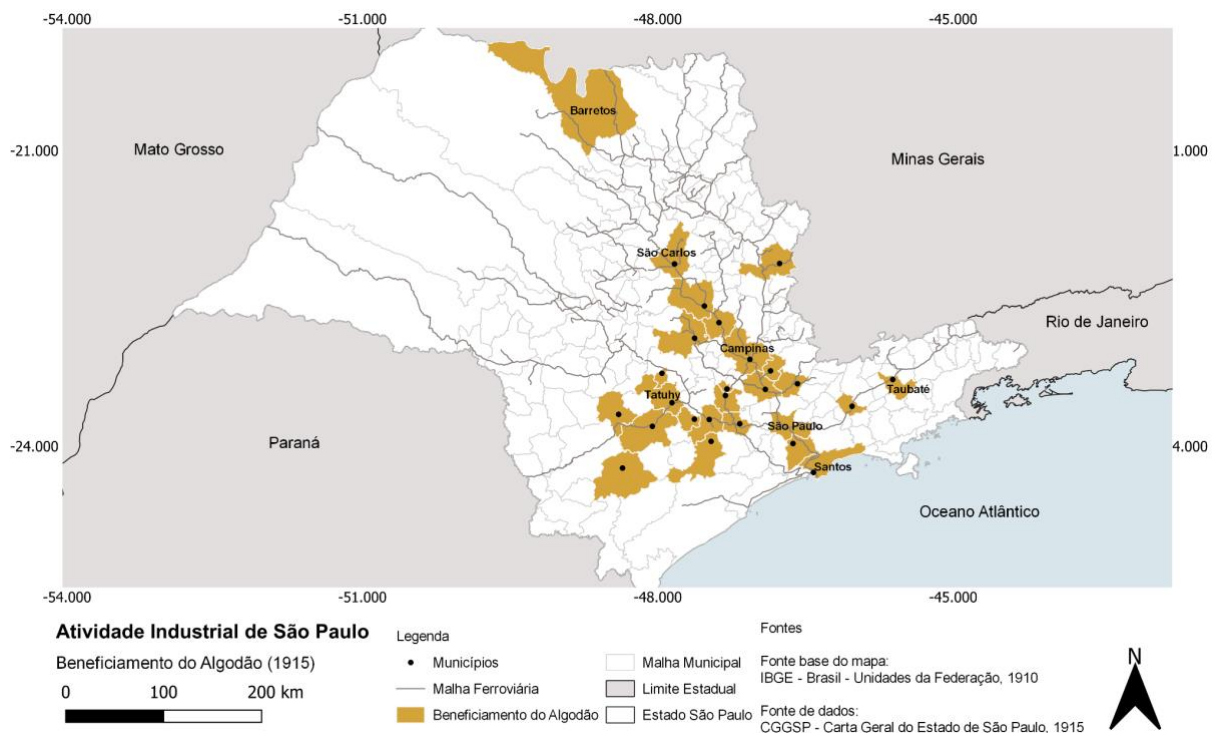


Figura 3. Beneficiamento do Algodão em São Paulo (1915). Fonte: Levantamento Autoral (2023).

No entanto, apesar do aumento significativo da indústria do algodão entre 1915 e 1920, os lucros ainda eram insuficientes (Suzigan, 2000). Até a década de 1920, São Paulo contava com 721 indústrias, com destaque para

atividades que utilizavam materiais agrícolas locais, como algodão, couro, açúcar, cereais e madeira de construção, além de minerais não metálicos, principalmente barro, areia, cal e pedra (Dean, 1971). Do total de indústrias brasileiras, 30,7% eram do setor alimentício, 29,3% do setor têxtil, 6,3% de fábricas de bebidas e cigarros, apenas 4,7% eram do setor metalúrgico e 2% pertenciam ao setor químico (Hardman & Leonardi, 1982). Em São Paulo, havia um total de 64 estabelecimentos dedicados à produção de diferentes produtos de algodão, sendo que o número de fábricas no interior era superior ao da capital paulista. Porém, as fábricas localizadas na capital se destacavam em termos de mão de obra, lucratividade e produção (Carone, 2001).

Mais tarde, a Depressão Econômica de 1929 afetou consideravelmente a economia, resultando em desaceleração nas décadas de 1920 e 1930 em relação ao número de fábricas e funcionários (Suzigan, 1971). Comparado aos trinta anos anteriores, o comércio de café já não estimulava a produtividade rural com a mesma eficácia, e o influxo de novos investimentos era escasso (Dean, 1971). Conseqüentemente, o sistema de produção agroindustrial brasileiro enfrentava um processo de industrialização caracterizado por uma transição gradual entre a sociedade agrária e rural para a sociedade industrial e urbana. Um exemplo disso é o desenvolvimento urbano de Marília, impulsionado por uma combinação de fatores econômicos, como a venda de pequenas propriedades e o desenvolvimento da cultura do algodão a partir de 1932 (Monbeig, 2005, p. 291).

Com a queda dos preços do café em 1930, houve uma transferência significativa do capital econômico para a cotonicultura, tornando o cultivo do algodão uma atividade subsidiária. A plantação de novos cafeeiros foi consideravelmente reduzida entre 1933 e 1942, enquanto o investimento na indústria se expandiu com a produção de algodão, arroz, açúcar, frutas cítricas, feijão e milho (Dean, 1971). O cultivo de café na região de Campinas, Jundiaí, Rio Claro, Araraquara e Ribeirão Preto já apresentava sinais de esgotamento em suas áreas de cultivo, assim como em toda a região que acompanhava o avanço das ferrovias no oeste do Estado de São Paulo (Schiavon, 2017, p. 29). A produção de algodão impulsionou a instalação de máquinas de beneficiamento, e as indústrias procuravam terrenos próximos às ferrovias. Esse avanço não se limitou apenas às margens das linhas ferroviárias, mas também ocorreu em paralelo a elas, estendendo-se pelo interior paulista (Monbeig, 2004, p. 291).

Um exemplo disso é Bauru, que se tornou um centro comercial do estado e o ponto terminal das linhas da Estrada de Ferro Noroeste, Sorocabana e Companhia Paulista. As interseções de estradas e os entroncamentos ferroviários facilitaram o surgimento do núcleo urbano e sua função comercial (Monbeig, 2004, p. 302). A razão para essa expansão ocorreu devido à presença de solos arenosos e ao estímulo ao cultivo do algodão. Nesse contexto, a Estrada de Ferro Sorocabana, partindo de Sorocaba em direção a Botucatu, São Manuel e Bauru, criou condições propícias para o plantio do algodão e a instalação de máquinas de beneficiamento, que separavam a pluma, esmagavam o caroço e processavam o óleo (Carone, 2001, p. 94).

4. Fábricas de óleo do caroço de algodão

Conseqüentemente, houve um impulso significativo para a fabricação de óleo de caroço de algodão, impulsionado pelos novos investimentos nessa indústria. Tanto o governo federal quanto os governos estaduais ofereceram auxílio às usinas de descaroçamento de algodão e às fábricas de óleo de caroço de algodão. Esses incentivos e subsídios governamentais continuaram a progredir ao longo da década de 1920. Em 27 de fevereiro de 1924, o governo federal promulgou o Decreto nº 16.396, que conferiu amplas vantagens ao cultivo do algodão e às atividades de descaroçamento e fabricação de subprodutos do algodão (Vichnewski, 2004, p. 74). Além desses incentivos, o governo do Estado de São Paulo implementou, na década de 1920, um programa de pesquisas destinado a melhorar a qualidade do algodão. Posteriormente, esse programa foi executado pelo IAC (Instituto Agrônomo de Campinas). Essas iniciativas visavam não apenas estimular a produção e o processamento do algodão, mas também aprimorar sua qualidade, garantindo, assim, um produto final mais valorizado (Vichnewski, 2004, p. 74).

O desenvolvimento da indústria de óleo de caroço de algodão é notável, principalmente devido ao crescimento do setor de óleos comestíveis. Esse crescimento levou as empresas a estabelecerem máquinas de beneficiamento de algodão em diversos municípios paulistas entre as décadas de 1930 e 1950, ampliando suas operações para atender à crescente demanda por óleos comestíveis. Essas empresas capitalizaram essa oportunidade, aproveitando a disponibilidade do algodão como matéria-prima para a fiação e extração de óleo das sementes (Saes & Nozoe, 2019).

Essa demanda por óleos comestíveis desempenhou um papel significativo no desenvolvimento industrial e econômico das regiões paulistas, impulsionando toda a cadeia produtiva do algodão e fortalecendo a indústria

de óleos comestíveis (Saes & Nozoe, 2019), com a instalação das indústrias de algodão no estado, ocorreu um notável crescimento, principalmente no estabelecimento de fábricas de óleo entre 1938 e 1960 (Vichnewski, 2004, p. 75). Esses avanços foram fundamentais para o desenvolvimento econômico e a consolidação do setor de óleos de algodão nessas regiões.

Suzigan (1971) argumenta que a industrialização de São Paulo começou verdadeiramente na década de 1930, quando a indústria estava voltada principalmente para a produção de bens de consumo, especialmente têxteis e alimentos, para atender às crescentes necessidades da população paulista. Em poucos anos, a indústria nesse período experimentou um crescimento exponencial no número de fábricas, com um aumento de mais de 50%, além do aumento no número de trabalhadores (Suzigan, 1971). Em outras palavras, São Paulo possuía um mercado interno relativamente grande em comparação com outros estados. Como resultado, o estado de São Paulo se tornou a maior concentração industrial do país e possivelmente da América Latina (Suzigan, p.110, 1971).

Na interpretação de Vichnewski (2004), referindo-se a Albuquerque (1983, p. 176), além de investirem em máquinas de descaroçamento em uma única safra, empresas como a IRFM (S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo), a ACCO (Anderson Clayton e Cia.) e a SANBRA (Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro), que atuavam como beneficiadoras e exportadoras de algodão, também se tornaram produtoras de óleo do caroço de algodão. Essa estratégia permitia um aumento significativo em seus lucros, pois a cada tonelada de algodão processada, era possível extrair 100 kg de óleo. Em outras palavras, ao transformar o caroço do algodão em subproduto, essas empresas ampliavam consideravelmente o valor agregado em relação à matéria-prima original (Vichnewski, 2004, p. 72).

A fábrica Matarazzo, inicialmente, produzia óleo bruto de algodão, óleo bruto de soja, farelo de algodão, farelo de soja e linters de algodão (sendo as pequenas fibras do algodão, grudadas em cima do caroço, ricas em celulose e utilizadas como subproduto para fabricar filtros de cigarro, embalagens de papelão e outros produtos) (Vichnewski, 2004, p. 241). Além da IRFM, outras empresas começaram a explorar esses novos campos de produção. Um dos principais exemplos foi a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, pertencente ao grupo Bunge & Born (antigo Moinho Santista), que desempenhou um papel de destaque na extração de óleo de caroço de algodão nesse período. Esse conglomerado industrial tornou-se um dos maiores do setor alimentício, exercendo uma influência considerável tanto na esfera econômica quanto política. Sua presença foi fundamental para a distribuição funcional da produção industrial no território paulista (Saes & Nozoe, 2019).

Posteriormente, diversas fábricas de óleo foram instaladas no Estado de São Paulo até a década de 1950. Em 1953, a fábrica da Votorantim tornou-se a terceira maior exportadora de algodão do estado. Outras seis empresas também foram listadas entre as maiores exportadoras de algodão, com outras 23 fábricas que possuíam suas próprias usinas de descaroçamento (Dean, 1971). Nesse período, as principais fábricas de óleo de algodão não se restringiam apenas à capital, mas também se estabeleciam principalmente no interior paulista, com a maioria desses estabelecimentos localizados em cidades como Bauru, Marília, Ribeirão Preto e Presidente Prudente (ver Figura 4).

Nesse sentido, a expansão da indústria e a conseqüente disponibilidade crescente de algodão tiveram um impacto significativo na indústria têxtil e na indústria alimentícia (Saes & Nozoe, 2019). O algodão passou a ser um insumo cada vez mais presente nessas áreas, marcando um processo de interiorização de sua utilização. Essa mudança foi impulsionada pela substituição da cafeicultura pela cotonicultura como atividade agrícola predominante.

A disponibilidade de algodão permitiu o desenvolvimento e crescimento das indústrias têxtil e alimentícia, que encontraram no algodão uma matéria-prima versátil e indispensável para a produção de tecidos, óleos e outros produtos derivados. Essa interiorização do uso do algodão refletiu a expansão econômica e industrial do estado de São Paulo, impulsionando seu desenvolvimento em diferentes setores. Além disso, o aumento na produção e a qualidade do algodão proporcionaram uma base sólida para a exportação desse produto. Durante o período compreendido entre meados da década de 1930 e o final de 1950, o algodão consolidou-se como um importante produto de exportação, contribuindo para a economia e o comércio exterior do estado de São Paulo (Vichnewski, 2004).

Em suma, a expansão da cotonicultura e a interiorização do uso do algodão impulsionaram o crescimento industrial e econômico de São Paulo, fortalecendo a indústria têxtil e alimentícia. O algodão tornou-se um

importante produto de exportação, demonstrando sua relevância tanto no mercado interno quanto no cenário internacional. Esses aspectos evidenciam a importância do algodão como um elemento-chave no desenvolvimento histórico e econômico do estado de São Paulo.

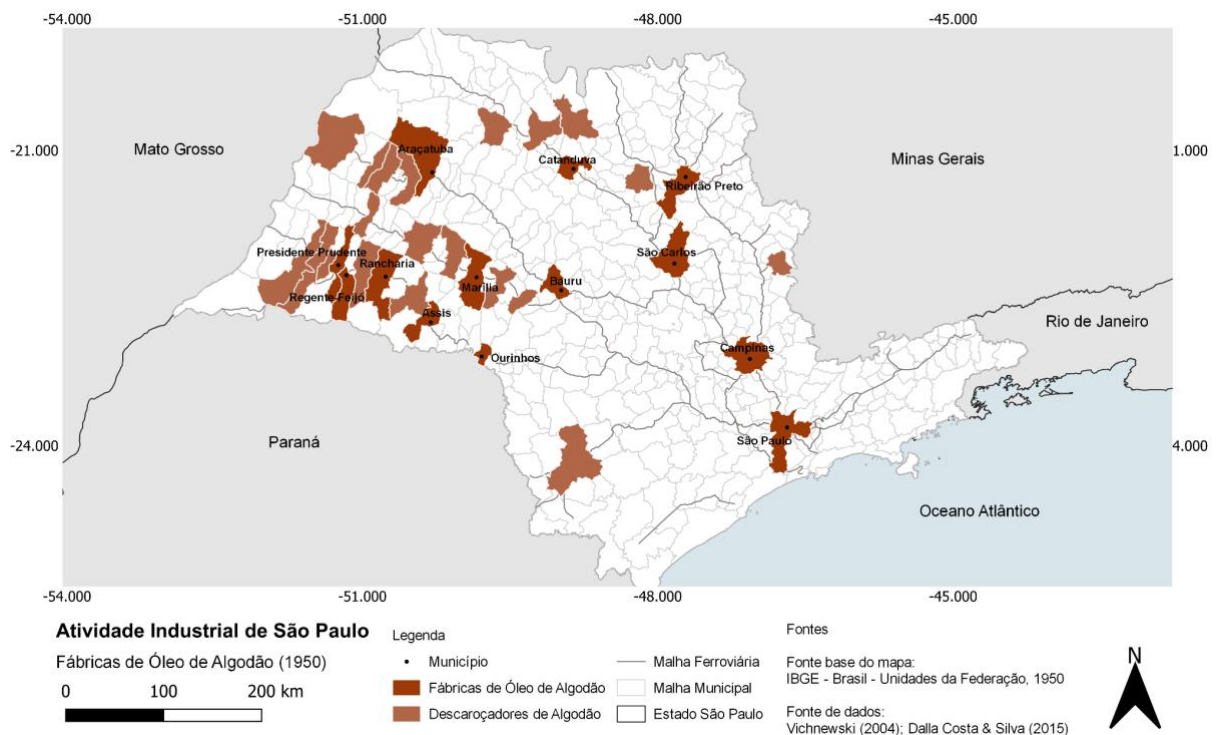


Figura 4. Fábricas de Óleo de Algodão (1950). Fonte: Levantamento Autoral (2023).

5. Considerações Finais

Em conclusão, a evolução do conceito de patrimônio cultural nos permite reconhecer a importância da paisagem industrial como um componente fundamental desse patrimônio. A análise realizada revelou resultados significativos que nos permitem compreender melhor a história econômica da agroindústria, especificamente no contexto da industrialização do algodão em São Paulo entre as décadas de 1910 e 1950.

Os documentos históricos analisados apontam para uma expansão expressiva de empresas produtoras de óleos alimentícios do caroço do algodão na região do Centro-Oeste Paulista durante esse período. Essa expansão industrial teve um impacto profundo no cenário econômico do estado, transformando-o de maneira significativa. Esses documentos fornecem subsídios sobre as práticas técnicas, as relações sociais que foram fundamentais para o desenvolvimento da indústria algodoeira nesse período.

Além disso, a utilização da Carta Geral do Estado de São Paulo de 1915 elaborada pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo permitiu uma análise espacial da paisagem industrial, por meio do mapeamento de algumas indústrias algodoeiras da época. Isso revelou como a concentração industrial se distribuía geograficamente e como as transformações urbanas nos limites municipais estavam relacionadas a essa expansão industrial.

Em resumo, os resultados da análise destacam a importância de considerar não apenas os vestígios físicos, mas também o contexto histórico, social e econômico ao preservar a paisagem industrial como parte do patrimônio cultural. Isso nos ajuda a compreender as transformações que moldaram a distribuição funcional da produção industrial no território paulista.

6. Referências

Cano, W. (2007). *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (5a ed.). Campinas: Ed. Unicamp.

Canabrava, A. P. (1951). *O Desenvolvimento da Cultura do Algodão na Província de São Paulo, 1861-1875*. São Paulo: Edusp.

Carone, E. (2001). *A evolução industrial de São Paulo (1889 – 1930)*. São Paulo: SENAC.

Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CGGSP). (1915). *Carta geral do Estado de S. Paulo: com indicações sobre Agricultura, commercio, instrução pública, industria e colonização*. São Paulo: Acervo Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart539762/cart539762.jpg

Dalla Costa, A., & da Silva, G. P. (2015). *A Bunge e seu primeiro cinquentenário no Brasil (1905 a 1955): Os passos da construção de uma filial de um grupo econômico*. In XI Congresso Brasileiro de História Econômica, Vitória, ES.

Dean, W. (1971). *A Industrialização de São Paulo (1880 – 1945)*. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Hardman, F. F. & Leonardi, Victor. (1982). *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. São Paulo: Ática.

ICOMOS (2011). *Os Princípios de Dublin*. Tradução para o português-Brasil: Ivanir Azevedo Delvizio; Eduardo Romero de Oliveira. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/os-principios-de-dublin/>

Lucio, S. T. M. P. (2014). *João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista, 1905 – 1931*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Mamigonian, A. (1969). Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. *Boletim do Departamento de Geografia, Presidente Prudente*, (2), 55-63.

Mamigonian, A. (1976). O processo de industrialização em São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, (50), 83-102.

Monbeig, P. (2004). O estudo geográfico das cidades. *Revista cidades*, 1(2), 277-314.

Saes, F., & Nozoe, N. (2014). A indústria paulista da crise de 1929 ao Plano de Metas. *Revista História Econômica*, 12 (1), 125-146.

Schiavon, T. (2017). A “Marcha para o Oeste” e o Estado de São Paulo: Meios de Transporte e Articulações Territoriais. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, (33).

Simal, J. S., & Carlos, M. S. (2019). *Carta de Sevilla de Patrimônio Industrial 2018*. Sevilla: Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2019/03/Carta-de-Sevilla-de-Patrimonio-Industrial-febrero-2019.pdf>

Suzigan, W. (1971). A industrialização de São Paulo: 1930 – 1945. *Revista Brasileira de Economia*, 25(2), 89-112.

Suzigan, W. (2000). *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. Nova edição. São Paulo: Editora Hucitec/Editora da Unicamp, 421 p.

TICCIH (2003) *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. Tradução de Associação Portuguesa para o Patrimônio Industrial. Disponível em: <https://ticcihbrasil.org.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil%20sobre-o-patrimonio-industrial/>

Vichnewski, H. T. (2004). *As Indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio Industrial (1920 – 1960)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.